

ÉTICA, POLÍTICA E COMUNICAÇÃO NAS REPRESENTAÇÕES DO “HOMEM ORDINÁRIO”

A observação dos elementos empíricos de que dispõem os analistas sociais brasileiros, sobretudo desde o apagar dos anos 80, leva à constatação de que o período tem sido particularmente marcado pelo questionamento de inúmeros setores da prática social em nome da ética – ou do apelo ético. De maneira nunca antes tão explícita, governantes e postulantes a cargos eletivos – políticos, sindicais e outros – utilizam a ética, ora como qualidade pessoal a credenciá-los, ora como princípio a ser adotado e, assim sendo, automaticamente legitimador do projeto apresentado.

Esse discurso parece colocar a ética contra uma certa forma – a hegemônica – de conceber o político, ou de fazer política. Outras vezes, apresenta-a como “fundamento” para a ação. Tal apelo, que até pouco tempo foi tradicional dos setores políticos de direita, é hoje, freqüentemente, identificado aos movimentos liderados pela Igreja Católica, em especial a sua ala considerada “progressista”. Mas, em inúmeros outros casos, está presente nas vozes, isoladas ou não, de artistas, intelectuais, homens e mulheres públicos, de cuja laicidade e distanciamento em

JÚLIA MIRANDA*

RESUMO

O esforço de compreensão que está na origem deste texto representa a tentativa de estabelecer uma relação – que não esgota, naturalmente, as possibilidades nesse campo – entre ética, política e televisão.

O homem e a mulher “ordinários” provenientes dos chamados setores populares, de cujo cotidiano é praticamente impossível abstrair a televisão como fonte informativa e de lazer, foram os interlocutores. Eles constituem a maioria da população, dos pretensos cidadãos e dos eleitores brasileiros, mesmo nas capitais. Junto a esses homens e mulheres, considerados como sínteses individualizadas e ativas da sociedade, como lugares da reapropriação singular do universo social e histórico que lhes concerne, buscou-se identificar, além das representações da política, os valores que a ela se relacionam, uma vez que o apelo ético supõe, da parte dos que o utilizam, importância decisiva da valoração como elemento de constituição das motivações para a ação.

* Doutora em Sociologia e professora do Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Coordena Grupo de Pesquisa sobre Religião, Cultura e Política.

relação às posições de direita não convém duvidar. Embora se possa notar entre estes – ou além deles – a presença dos “moralistas de plantão”, parece-me conveniente não ignorar que a atualidade exige, no que tange à “onda ética”, um tratamento que, fugindo à mera etiquetagem, aprofunde as reflexões sobre esse processo de eticização em curso.

Particularizando-se o caso brasileiro, entendo ser importante considerar, como elementos imprescindíveis à análise das possibilidades mobilizadoras do apelo ético – e que não parecem merecer a devida atenção da parte dos que o utilizam – a multiplicidade de sentidos atribuídos ao termo “ética” entre nós; as nuances introduzidas na sua concepção e estudo, pelos especialistas da academia; e, ainda, a total ignorância, por parte dos chamados setores populares, do que ele possa signi-

ficar, uma vez que não está incorporado ao vocabulário, com implicações práticas imediatas, utilizado no seu cotidiano.

Toda tentativa de entender o contexto contemporâneo no que toca à veemência do apelo ético, sobretudo no campo da política, parece-me dever partir da constatação da im-

possibilidade de uma fundamentação última e universal de nossas ações nos dias atuais, com o que se abrem espaços para a utilização de referências éticas as mais diversas, numa atitude de relativismo, niilismo ou decisionismo puro, cujas implicações foram apontadas por Rouanet (1994).

Por outro lado, em sociedades como a brasileira, onde alguns meios de comunicação de massa atingem a quase totalidade da população, garantindo um mínimo de informação comum, parece importante tentar entender as condições e possibilidades de acompanhamento da participação dos meios de comunicação de massa, em especial da televisão, nesse processo de "eticização" do político. A mídia eletrônica e/ou o rádio representam, para a grande maioria dos seus usuários, a única fonte de informação que transcende o universo das relações interpessoais.

UMA TENTATIVA DE LEITURA

O esforço de compreensão que está na origem deste texto representa a tentativa de estabelecer uma relação – que não esgota, naturalmente, as possibilidades nesse campo – entre ética, política e televisão. Trabalhei nos marcos de um projeto integrado de pesquisa,² cuja multiplicidade de recortes teve como elemento comum a conjuntura no centro da qual situamos as eleições presidenciais de 1994.

O homem e a mulher ordinários (De Certeau, 1994), "sans qualités" (Musil, 1978), homem e mulher provenientes dos chamados setores populares, de cujo cotidiano é praticamente impossível abstrair a televisão como fonte informativa e de lazer, foram os interlocutores. Eles constituem a maioria da população, dos pretensos cidadãos e dos eleitores brasileiros, mesmo nas capitais. Junto a esses homens e mulheres, considerados como sínteses individualizadas e ativas da sociedade, como lugares da reapropriação singular do universo social e histórico que lhes concerne (Ferraroti, 1990), buscou-se identificar, além das representações da política, os valores que a ela se relacionam, uma

vez que o apelo ético supõe, da parte dos que o utilizam, a importância decisiva da valoração como elemento de constituição das motivações para a ação.

Essa "onda ética" parece apoiar-se em certas suposições que a pesquisa questiona, quais sejam: considera-se, primeiramente, que o termo "ética" possui significado único e conhecido de todos. Imaginando que aqueles que utilizam o apelo ético como tentativa de mobilizar para a ação (apoios variados que vão até o voto) realmente concebem a política como uma instância permeada por valores, acredita-se, ainda, que essa visão seja partilhada, inclusive, pelo "homem ordinário", que ele tenha consciência disso, conheça esses valores e esteja apto a discuti-los. Finalmente, há a suposição da existência de uma fundamentação última e universal para nossas ações - nesse caso a política - o que isolaria dessa problemática a discussão da pluralidade de referências éticas no interior de uma mesma sociedade e de suas implicações.

No deslocamento contemporâneo de fronteiras entre os diferentes campos sociais, um aspecto da maior importância chama a atenção dos analistas, qual seja, a instituição, pelos meios de comunicação de massa e seu campo, de uma nova dimensão de sociabilidade, através, basicamente, do respectivo papel na publicização da existência (Rubim: 1994). Isso não acontece sem que se verifiquem reflexos na configuração de outros campos sociais. A apresentação da política, por exemplo, cada vez mais se submete a processos de "censuração" cujas leis e operações procedem de instâncias legitimadoras que pertencem à economia discursiva e técnica dos meios de comunicação. Assim acontece com o telejornal, que se apresenta à análise como dispositivo arquitetônico do funcionamento da política, num contexto de estudo das gramáticas e dos estilos retóricos com que o meio televisão vai cimentando o "lugar da política" (Verón, 1988; Fausto Neto, 1995; Lima, 1994/1995 e Rubim, 1994).

No caso da televisão, pode-se observar que ela não apenas veicula diferentes conteúdos e representações, mas, igualmente, se

constitui em dispositivo que, obedecendo “leis” e operações próprias - mas não só a elas - produz realidades que interferem na vida social e cultural. No caso das representações e imaginários sociais, a televisão os reproduz, recria ou complementa. Interessa aqui, de modo particular, o espaço de cenarização da política constituído pela televisão, tomando-a como meio condutor de informações (e ao mesmo tempo plasmador de realidades), mas colocando a ênfase na recepção do que ali é veiculado.

Entende-se que o “consumo” do que é veiculado pela TV implica, por parte desses setores populares, uma atividade de reelaboração de conteúdos, de construção de sentidos, os quais não se transmitem simplesmente, através do meio, dos elaboradores da mensagem - textual e imagética - aos receptores, mas obedece a um processo de semantização que leva em conta múltiplos e distintos elementos que compõem o “campo de representação” destes últimos (Moscovici, 1978).

De Certeau (1994) se refere a uma atividade astuciosa e dispersa a que ele chama de “produção dos consumidores”. Especifica que ela “...se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante”. Ele analisa as práticas, as artes de fazer, entendendo-as como lugar de atualização de uma “ratio” popular, “uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar”.

Penso que esse saber ordinário - no mais das vezes explicitado apenas no fazer - mesmo não sendo objeto de um discurso que organiza a maneira de pensar em maneira de fazer, ao modo da moderna racionalidade científica, também “representa” - no sentido de (re)construir - a realidade. Logo, uma forma de conhecê-lo - parcial como toda tentativa do gênero - pode ser a identificação desses *modos de representar a realidade social*, do *contexto de sua elaboração* e dos *elementos que tornam particular um campo de representação*.

Esse conhecimento do senso comum, fruto da forma pela qual os sujeitos representam-se a si próprios e as suas circunstâncias, é construído no cotidiano. É, conforme já salientado, um conhecimento voltado para a ação, “comprometido” com a prática, e que se ignora enquanto formalização de uma particular concepção da realidade. Não é discursivo nem sistematizado, mas é passível de verbalização, no relato das experiências e dos projetos.

Como essas pessoas representam o universo político; a política, os políticos, os partidos e a participação?; a que valores e comportamentos os relacionam?; que opinião têm sobre esse universo de conhecimento e práticas sociais? Eis o interesse deste estudo. Mas, interessa também assegurar-se de que essas representações possuem como elemento comum na sua constituição (além de outros), as mensagens televisivas.

Entende-se, como Hall (1992), que cada sociedade, ao construir uma “ordem cultural dominante”, permite a identificação de “leituras preferenciais” da realidade social e política, veiculadas nas mensagens midiáticas, criando um padrão, muito embora o inquestionável papel ativo das audiências já tenha originado a constituição das linhas e grupos de “pesquisa de recepção”, hoje tão presentes nos estudos da comunicação (Jacks, 1993).

Sabe-se que esses receptores permanentes dos conteúdos veiculados pela televisão também integram aos seus campos de representação informações oriundas de diversas outras instâncias referenciais (como a família, a escola, o local de trabalho, a religião e os movimentos de participação política). Daí ser impossível identificar a contribuição da televisão (e de qualquer desses elementos), isoladamente, na construção e/ou reforço das representações e opiniões que aqui interessam. Tal procedimento, aliás, iria justamente contra a concepção teórico-metodológica e os objetivos que nortearam esta pesquisa.

Entende-se que o conteúdo televisivo é recebido, apropriado e incorporado pelas pessoas ao seu cotidiano, dentro de circuns-

tâncias específicas, que englobam aspectos sociohistóricos, culturais e cognitivos (Barbero, 1993; Orozco, 1993 e Thompson, 1995), e que, além disso, essa apropriação cotidiana implica a atribuição de um sentido à atividade mesma de recepção. E, o que é mais importante dentro da perspectiva que nos move, considera-se que as mensagens são re-elaboradas no processo de recepção.

As mensagens televisivas são ligadas com outros aspectos da vida das pessoas, através de uma elaboração discursiva (Thompson, *op. cit.*), no âmbito das interações e partilhas. É possível, pois, pensar que o sentido que os receptores conferem às mensagens que recebem, bem como às atitudes, mesmo implícitas, conseqüentes desse processo de re-semantização (embora não só dele) são passíveis de identificação, através de relatos orais.

Parte-se, pois, da compreensão segundo a qual a participação da televisão na forma das pessoas representarem as diferentes realidades, além de acrescentar-se a outros elementos e informações que compõem um campo de representação, segue o que chamaríamos de um processo de “sedimentação”. Não será pois, de forma imediata, que poderemos considerá-la. Ou, pelo menos, não é assim que ela nos interessa.

O pressuposto aqui assumido é de que as eleições presidenciais de 1994, pelas características únicas de que se revestem,³ aliadas à consolidação de uma nova forma de fazer política, na qual ganha destaque a participação da mídia - principalmente a televisão - representam um momento privilegiado de realização do político. Entretanto, é preciso destacar que as eleições de 1989 e os acontecimentos traumáticos que se lhe seguiram - culminando com o “impeachment” do primeiro presidente eleito após a ditadura - bem como o primeiro ano do novo e atual governo, são considerados na perspectiva de longo prazo que esta pesquisa adotou.

Assim, cumpre esclarecer que todos esses acontecimentos, considerados através de sua “construção” televisiva, além da campanha propriamente dita (com seus debates e horário eleitoral gratuito), dos telejornais e telenove-

las do período,⁴ integram esse quadro de informações e referências comuns ao segmento popular, cujas representações da política e dos valores a ela relacionados nos interessam.

Tanto o psicólogo social Serge Moscovici (1978) ao refletir sobre as representações sociais, quanto o sociólogo Bronislaw Baczko (1990) no seu estudo sobre os imaginários sociais (entre vários outros cientistas sociais), não se cansam de destacar a relação estreita entre representações e condutas. Para penetrar essa aparentemente contraditória cultura política brasileira (Palmeira e Heredia, 1990) portanto, é preciso, entre outras coisas, identificar as representações que a permeiam, considerar a participação da mídia, buscar as referências mais recorrentes para a construção de valores. Foi isso que se perseguiu nesta pesquisa.

QUEM SÃO OS HOMENS E MULHERES “ORDINÁRIOS”

“O cotidiano é a matéria básica para a composição da biografia, porque todo homem está imerso nele, ou seja, vive a vida no cotidiano e é dele que retira tanto os elementos da sua singularidade como os elementos que vive em comum com os outros homens. A história pessoal cruza a história do grupo social; a história de um sujeito cruza a história de uma época” (Mello, 1994). Ele é a realidade “por excelência” dos homens e mulheres, de suas relações diárias com o mundo, e possui, portanto, “um caráter predominantemente impositivo e urgente para a consciência”. É dessa realidade empírica que tratam as ciências sociais, a partir de pontos de vista, categorias e conceitos, sem os quais o cotidiano não passaria de um caos.

Esta pesquisa se desenvolveu junto aos homens e mulheres “ordinários” que moram no bairro Parque São José, localizado a sudoeste de Fortaleza, e distante 10km do centro da cidade. O nível de instrução (no máximo o 2º grau incompleto, sendo que 50% dos entrevistados têm apenas a metade do 1º grau), a renda domiciliar (a maioria em torno de três salários mínimos) e a origem (interior do Esta-

do) dessas pessoas conferem ao bairro uma identidade completada pela semelhança de estilo de vida. A destacar, neste último, o fato de que o dia-a-dia desses homens e mulheres – adultos, jovens e velhos – é marcado pela exposição permanente à televisão.

Os aspectos mencionados garantem não apenas uma certa homogeneidade do grupo (o que não ocorreria em inúmeros outros bairros da cidade), mas a sua inclusão na faixa do que os institutos de pesquisa socioeconômica convencionaram chamar de setores populares.

O cotidiano dos nossos interlocutores é marcado por duas práticas de grande significado para este estudo, quais sejam: as pessoas dificilmente assistem sozinhas à televisão; e as mensagens recebidas são sempre objeto de discussão, simultânea ou posterior à recepção, com outros moradores do bairro. Vale lembrar que no Parque São José as raízes rurais ainda se fazem presentes na intensidade com que se vive o “espaço público” - as ruas e calçadas - e na intensa rede de comunicações interpessoais. Ao cair da noite as áreas de circulação se enchem de moradores, saídos do trabalho e/ou da aula, que se reúnem para um “papo” antes da novela das oito. Nos finais de semana e feriados ocorre o mesmo.

No Parque São José existem uma creche comunitária e escolas de 1º e 2º graus. Ali está localizada a única Comunidade Eclesial de Base de um conjunto de 23 grupos populacionais que integram a mesma paróquia. Essa CEB, porém, diferentemente do que ocorre em muitos bairros periféricos de Fortaleza, não está identificada com a Associação de Moradores local, no tocante às lutas pela participação de todos nas causas comuns. Engana-se, ainda, quem pensar que a presença da CEB, e a grande procura pelos sacramentos católicos tradicionais - entre os quais se destaca o batismo - confere à população um selo católico, e menos ainda que ele identifique uma homogênea “comunidade espiritual”. Nazaré, responsável pela Pastoral Católica do Batismo, e reconhecida “liderança informal” do bairro, chama a atenção para a convivência, no local, de duas correntes distintas na forma de interpretar e viver o Evangelho segundo a tradição católica.

Tampouco é o catolicismo, seja ele tradicional, “da libertação” ou “carismático”, a única confissão religiosa dos moradores do Parque São José. Inúmeros templos de variadas denominações pentecostais e neopentecostais, além de grupos de Testemunhas de Jeová, contribuem para a composição de um universo simbólico cheio de nuances, muito embora permaneça, como “pano de fundo”, a referência última da palavra revelada na Bíblia.

A etnografia do grupo escolhido como universo de registro das representações e opiniões dos segmentos populares, sobre a política e os comportamentos e valores a ela vinculados, mostra outros aspectos interessantes. Ali, quem não tem emprego fora, trabalha em casa, contribuindo, de alguma forma, para aumentar a renda domiciliar. São pequenas atividades domésticas, como funilaria, estofamento de móveis e lavagem de roupa, entre outros, além da manutenção de estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, tais como o salão de beleza da Silvana, ou a bodega da Dona Filó. Há ruas em que existe, segundo um morador, uma bodega para cada cinco casas. As ruas foram recentemente asfaltadas por administradores municipais sabedores do retorno eleitoral assim conquistado. Luz elétrica e água encanada não são novidade, embora o serviço de telefonia deixe a desejar. Há telefones comunitários, mas são muito poucas as linhas domiciliares. Num bairro onde a grande maioria dos moradores é proprietária das casas onde mora, verifica-se uma resistência ao aluguel da linha telefônica, considerado uma espécie de meia-propriedade. Dona Filó é taxativa: “Só quero um telefone quando eu puder comprar. Enquanto isso, vou utilizando o telefone do meu vizinho e cunhado, e pagando a minha parte nas ligações”.

Única fonte de informação da quase totalidade desse universo populacional, a TV é a companhia que também proporciona lazer. Em torno dela se formam distintas assistências, que podem ser: a família (mais freqüente), os amigos, ou, mais raramente, os grupos constituídos por afinidades ideológicas. Exemplo (único no Parque São José) destes últimos são os integrantes de algumas pastorais da Igreja

Católica. Conforme depoimento de Nazaré, “há duas formas de ver TV: a dos grupos de Pastoral e os outros”.

DE ÉTICA E DE POLÍTICA

O primeiro desafio deste trabalho, ao buscar estabelecer uma relação entre ética, política e comunicação, foi tematizar a ética sociologicamente, de modo a fugir a sua identificação com a moral, transformada num setor particular de atividade - a vida moral. As tentativas de constituição de uma sociologia da ética, empreendidas por Isambert, Ladrière e Terrenoire (1978) serviram-nos de balizamento para pensar conceitos que levassem ao esboço de um quadro teórico capaz de dar conta da relação entre política e ética, na sociedade contemporânea, e da possibilidade e condições de se identificar a participação da mídia - principalmente a televisão - no processo de “eticização” da política.

A análise das correntes sociais onde a reivindicação ética se traduz fundamentalmente pela revolta contra as morais estabelecidas, leva os autores citados a conferir à ética um sentido mais amplo, que utilizamos aqui. Moral seria o sistema (ou sistemas) estabelecido de normas e valores, enquanto a ética engloba, principalmente, a atividade pela qual se constituem, se reforçam ou se destroem aqueles sistemas. Cumpre destacar que não partilhamos qualquer tentativa de absolutizar, seja a moral, seja a ética. Num e noutro caso, a determinação histórico-cultural, portanto a transitoriedade, serve-nos de horizonte para a conceituação e para o desenvolvimento da análise.

Tomando-se o caso brasileiro, identifica-se, sem muita dificuldade, aquela a que poderíamos chamar de tensão contemporânea entre o ético e o político. Isto é, de um lado o político concebido de acordo com o paradigma instituído pela modernidade, e que é objeto das teorizações e textos acadêmicos. De outro, a maneira pela qual a população, tomada de forma genérica (sem incluir a “visão especializada”), vê a relação entre ética e política.

Na primeira concepção, a verdade foi substituída pela autoridade e o conteúdo pela

forma, ainda que seja conservada a importância da democracia, não apenas política mas também social, como lembra Ribeiro (1994). No que diz respeito à sociedade, observa-se que, cada vez mais veementemente, a reivindicação ética se expressa “contra” o político, ou buscando “fundá-lo”. Em ambos os casos, estamos face à ética como elemento que se pretende “primeiro” e que se toma como fundamento para a ação.

Conforme ainda lembrado por Ribeiro (idem), os especialistas da teorização “conservam como fundamental a idéia de que a soberania reside na vontade do governante, e de que esta não pode estar atada a conteúdos prévios, ou ser ela mesma medida quanto a sua validade”. No entanto, a atenção dos pesquisadores vem sendo atraída, sobretudo desde o final dos anos 80, para uma série de reivindicações, manifestações (inclusive as expressas no voto concedido ou negado a candidatos a cargos eleitorais) e propostas alternativas de teorização dessa relação (de setores católicos e de partidos de esquerda).

Em todas elas o tom é dado pelo estabelecimento de uma ligação, ainda que indireta - e no mais das vezes não explicitada - com o religioso (cristão), que funcionaria como horizonte simbólico comum (Willaime, 1981). Mais precisamente, a referência parece ser o imaginário cristão, através de um conteúdo determinado, mas pouco preciso, qual seja o apelo à justiça, à solidariedade e à honestidade.

Quando, por exemplo, pensamos a qualificação de candidatos segundo a dicotomia consagrada do “bem” e do “mal”, ou concebemos o homem público como um “salvador”, estamos, de certa forma, retomando a antiga vinculação entre moral e religião como definidora do político. E, nesse caso, a democracia, entendida através de sua manifestação lotérica do voto, corre o risco de perder todo o sentido, e, por conseguinte, o valor. De uma competição entre adversários em que a democracia da forma transformou a política de hoje, voltamos à guerra entre inimigos que caracteriza sua concepção religiosa e conservadora.

Para Ribeiro (idem), que se nega a permanecer numa dualidade de “modelos” de

política: um moderno e outro conservador - o primeiro dos teóricos e o outro do “povo” - cumpre buscar entender a multiplicidade do social e do político. Concordamos e entendemos que ela está presente, também, nos modos de representar a política, seus atores e os respectivos comportamentos, de maneira valorativa. Esse é um pressuposto assumido no presente trabalho.

Lembre-se que a especificidade do político se construiu, na modernidade, contra a absorção numa uniformidade ética, enquanto o campo ético tende a se definir por uma dupla característica: a não (ou anti) especificidade e a fundamentalidade prática. Assim, não faz sentido falar de relações “entre” ética e política, mas de ética “na” política. Hoje, no entanto, lembra Isambert (*op.cit.*), a ética se manifesta nas brechas deixadas pelas especificidades, seja porque não existem, seja porque se desmancham. A irupção da ética em política é o protesto contra aquilo que tende a reduzir a prática política a uma relação de forças, ao deslocamento da valoração, do resultado para a ação ela mesma.

Aos cientistas sociais interessa, particularmente, entender como os discursos éticos tentam se autonomizar, identificando o “motor” dessa autonomização. Compete-lhes menos a análise de um campo ético constituído, do que o acompanhamento dos processos de “eticização” e des-eticização” de certas esferas do campo político. Esse processo, porém, só poderá ser compreendido no contexto da multiplicidade social e política das sociedades determinadas.

Para efeito desta pesquisa, os objetivos restringiram-se a um mergulho no universo das representações populares. Intencionalmente, não se utilizou o termo “ética”, buscando construir, indiretamente, através dos depoimentos,⁵ um quadro valorativo formado a partir de referências do cotidiano, entre as quais, como elemento comum, a mídia eletrônica.

A ética é um tema e uma categoria analítica nossos. Não queríamos impô-la aos entrevistados, para os quais talvez não chegasse sequer a ser conhecido e, menos ainda, se constituísse numa questão ou mesmo numa

exigência para a política. Na verdade não sabíamos sequer o que eles entendiam por política. O importante era ouvi-los e instá-los a relacionar a política, seus atores e seu papel, ao cotidiano, à comunicação midiática e interpessoal, às coisas e sentimentos a que dão importância e, finalmente, àquilo que entendem como deveres e direitos.

Mais uma vez destaca-se, como pressuposto, que a política contemporânea tornou-se praticamente impensável sem a mídia, aspecto que se acrescenta a tantos outros daquele fenômeno a que Courtine (1990) chamou de “les glissements du spectacle politique”. O “tempo da política” é hoje, em parte, construído pela mídia. Representa o período, não fácil de definir, das campanhas, vez que a tradição brasileira identifica com elas o fazer político. Uma campanha (sem excluir, nem os principais acontecimentos que a antecedem e são revividos por ela, nem a administração a que dá origem) parece ser, pois, o momento por excelência em que se reconstroem e/ou complementam os imaginários sociais ligados à política.

PARTIDO NÃO CONTA; O VOTO É DO CANDIDATO

Sem a menor dificuldade, é possível identificar uma característica do nosso “homem ordinário”, quanto a sua representação do sistema político brasileiro: “Partido é tudo igual (...) voto pela pessoa, de qualquer partido”. O depoimento é do Sr. Antônio, um aposentado emigrado da cidade interiorana de Quixeramobim, que, mesmo com 75 anos continua a votar, fazendo pensar que a lembrança da eleição como “a maior festa do Sertão” (Palmeira e Heredia: *op.cit.*) se mantém nessa prática, perpetuada agora na cidade, embora sem o encanto de outrora.

Mesmo que nenhum dos adultos, jovens e velhos; homens e mulheres, atribua importância aos partidos políticos, deixam claro, por outro lado, que observam critérios para a escolha de seus candidatos. Aqueles que votam em branco ou anulam o voto, fazem-no movidos pela convicção de que nenhum deles vale

o voto, ou porque levaram a descrença na política e nos políticos – outra unanimidade entre os depoentes – às últimas conseqüências.

Aspecto significativo a ser destacado é o fato de que o desconhecimento da estrutura partidária, das funções próprias de um partido político e da relação entre candidatos e partidos, bem como daquilo que identifica cada um deles e, conseqüentemente, os diferencia dos demais, leva não apenas à pouca ou nenhuma importância a eles atribuída, mas vai além. Identificou-se uma explícita resistência à multiplicidade de agremiações políticas.

“O partido tem a estrutura para o político atuar” diz Marconde (24 anos), enquanto a operária Elda (36 anos) diz não se ligar a partidos, pois “o que importa é o que a pessoa faz...às vezes um político deseja fazer algo e os outros do partido não concordam”. O Sr. Canafístula (bombeiro/eletricista de 42 anos) é mais radical ao externar que “os partidos só funcionam nas eleições, para os políticos tentarem derrubar uns aos outros...depois de eleitos viram nada”. Marta (professora de 25 anos) é uma exceção, ao ver no partido “o lugar que reúne uma ideologia, regras e normas...necessário à política”. Mas logo em seguida os critica: “todos têm uma fachada muito bonita”. O Zé Coelho (52 anos), líder comunitário reconhecido no bairro, onde ajudou a fundar a Associação de Moradores, destaca que, apesar de votar pelo candidato, acha que “um candidato bom num partido ruim não funciona”.

Curioso é constatar, como acima lembrado, que a pouca importância atribuída aos partidos caminha de par com a convicção de que eles não deveriam ser tantos. Mesmo Nazaré (estudante universitária de 44 anos), a reconhecida líder das Pastorais Católicas do bairro, adepta da corrente do cristianismo de libertação, embora admita que “em qualquer partido existem pessoas corretas”, está preocupada com a grande quantidade de partidos e acha que poderiam ser menos, para congregar um maior número de pessoas. Inácia (comerciária de 32 anos) vai mais além e se pergunta: “por que, ao invés de tantos partidos, não haver só um...trabalhando todos com a mesma finalidade?”. Marceneiro, com 32 anos,

Neto é enfático: “Deveria ter só dois partidos; direita e esquerda”. Centro não, pois “você não pode seguir a dois senhores”. Ademais, “...com muitos partidos você fica indeciso”.

Não deixa de haver uma certa coerência na reflexão segundo a qual, se os partidos são apenas uma estrutura para a apresentação de candidaturas, não há necessidade de tantos. Mas, há outro aspecto a considerar; qual seja o fato de a religião se constituir na forte e quase exclusiva - referência para pensar a política, pode influir nessa impossibilidade de pensar o seu pluralismo, e na conseqüente tendência a dicotomizá-la do ponto de vista partidário. A homogeneização dos discursos dos candidatos no que toca às “bandeiras” e propostas, é outro elemento a ser considerado nessa análise.

IMAGEM É SEMPRE VERDADEIRA

Praticamente nenhum dos nossos depoentes lê jornal. Sequer existe no Parque São José uma banca de venda desse meio de comunicação, distante do cotidiano do nosso “homem ordinário”, onde a televisão reina absoluta em matéria de informação. Ainda que o rádio também seja bastante ouvido, boa parte dos que o utilizam ligam apenas as emissoras FM, para “curtir as músicas”.

Telenovelas (Globo), telejornais (Globo e SBT), programas policiais (SBT e Bandeirantes) e programas esportivos (Bandeirantes) são os de maior audiência. Se existe uma consciência geral de que os dramas televisivos não são idênticos à vida real, há, no entanto, a convicção de que dos programas informativos fica difícil duvidar, uma vez que “a imagem é sempre verdadeira”, como lembra Neto, para quem “a Globo achou provas suficientes para colocar os bispos da Igreja Universal na cadeia”. Mas ele faz uma ressalva: “(na televisão) às vezes acredito, às vezes não... pode ter mão de político no meio. O Roberto Marinho não é político, mas tem amizade com eles”.

À exceção daqueles que participam de grupos que desenvolvem uma ação política no sentido mais amplo, como no caso das Pastorais ligadas à chamada ala progressista do ca-

tolicismo ou à Associação de Moradores do Bairro, todos têm na televisão a única fonte de informação. Para eles, as interações e partilhas das quais são objeto as emissões televisivas, possibilitando sua incorporação ao cotidiano, estão representadas apenas pelas conversas com vizinhos. No caso da Nazaré e do Zé Coelho, acontece diferentemente, pois nos “Encontros da Igreja”, ou mesmo da Associação, são discutidos os programas da TV, de forma a questionar-lhes muito mais que o conteúdo.

Para Inácia, “a TV passa o que é bom e o que é ruim, cabe aos pais estabelecerem os critérios para os filhos assistirem os programas”. Reconhece que as pessoas se deixam influenciar pela TV, embora não se veja como uma delas. Ainda quanto às telenovelas, outra que também faz questão de se dizer independente em relação ao que é veiculado é a microempresária Márcia (24 anos), que declara: “assistir por assistir, aquilo tudo é uma mentira. Nunca tomei como espelho”. Talvez mais realista, Marcone diz que “a maioria das pessoas acaba por se deixar influenciar pela TV”, e cita os modismos provocados pelos programas nos jovens do interior. Para Vânia, uma comerciária de 19 anos, a TV influencia as “pessoas mais fracas da cabeça”. Alguns, como o Sr. Miranda, um vigia de 54 anos, até lembram que “a Globo faz o político”. E explica: “se ele é fraco ela o torna forte”.

Fato a ser destacado é o verdadeiro fascínio exercido pelos programas policiais do tipo *Barra Pesada* e *Aqui e Agora*, principalmente sobre as mulheres. Os homens são mais reticentes, apenas dizendo assistí-los quando podem. No caso das telenovelas são raros os que admitem acompanhá-las.

“Sobre as violências do mundo a gente entende” explica Fátima (professora de alfabetização, 38 anos), para justificar sua preferência pelo *Barra Pesada*. Dona Raimundinha diz assisti-lo, “para ver como está o mundo”. É interessante notar que aqueles que disseram ler jornal, esporadicamente, preferem as páginas policiais.

Mesmo em relação à televisão, para muitos, principalmente os mais velhos, a religião se constitui em elemento importante do

campo de representações. Dona Josina (64 anos), que já pertenceu à Igreja Católica e à Assembléia de Deus e hoje as critica, baseia-se no “Livro do Apocalipse” para emitir sua opinião sobre a TV, que ela chama de “aparelho do mundo, ...está na Bíblia”, e sobre alguns programas: “...é a profecia...o *Barra Pesada* é a palavra de Deus se cumprindo. É a consumação do século, está no Apocalipse”. Mais suave na utilização da referência religiosa, o Sr. Antônio (75 anos) diz que não gosta de novelas ou jogos, por serem “ vaidade do mundo”.

Nosso “homem ordinário” não vive sem televisão. Ela está de tal forma presente no seu cotidiano – o aparelho ocupa sempre lugar de destaque na sala – que, embora ele afirme não se deixar influenciar por suas emissões, as longas conversas freqüentemente o traem, como quando ele utiliza personagens de novelas como argumento para mostrar que “os políticos não prestam”. Ou quando se baseia nesses mesmos personagens para refletir sobre o “mundo de hoje”.

AS REPRESENTAÇÕES DA POLÍTICA

Falando sobre política, Dona Raimundinha, uma dona de casa de 49 anos, diz: “Não tenho jeito para isso. Voto porque é obrigação, é uma cidadania. Mesmo se eu tivesse jeito não ia me sentir bem, pois eu ia querer fazer muito e talvez não fosse possível. O político que sempre ajuda a humanidade é criticado, mal visto pelos outros, porque ele tem interesse em ajudar lá fora, enquanto os outros ficam ali na mesa deles, só conversando entre si”. A descrença na política é outra unanimidade. Para Honorato (operário de 39 anos), “política é coisa só para candidatos, é dominada pelos empresários”. Já o auxiliar de escritório Lincoln (22 anos) é mais enfático, ao afirmar que “a política é um grande mercado mafioso, é importante, mas nós não temos políticos honestos”.

Vale destacar que a política é reduzida, por quase todos, à política partidária e, mais especificamente, ao período eleitoral. Representada como algo sujo, que não merece respeito ou a dedicação dos que não têm

pretensões eleitorais, ela comporta, não obstante, uma distinção entre políticos legisladores e políticos administradores. Estes últimos são avaliados pelo que fazem, objetivamente. Obras; essa parece ser a palavra mágica. E, uma vez que satisfaçam necessidades do dia-a-dia, melhorem de alguma forma a vida das pessoas, elas não são discutidas, por exemplo, numa escala de prioridades. “Os vereadores dizem que fazem, mas ninguém sabe se foram eles que fizeram ou foi uma jogada para a eleição. Já o Governador e o Prefeito, a gente vê que foram eles nas placas das obras.”

Embora os políticos sejam vistos como “promessa, promessa em cima de promessa”, ou como quem “só faz por eles mesmos; empregam a própria família e não fazem nada pelos pobres”, essa avaliação só se aplica de forma consensual a deputados e senadores - cujas atribuições não são suficientemente conhecidas pela população - enquanto governadores e prefeitos recebem outro tipo de julgamento. No caso das atuais administrações, municipal e estadual, há mesmo quem declare: “Depois do Juraci, Tasso, Ciro e Cambraia eu passei a acreditar mais (nos políticos). Temos calçamentos nas ruas, acabaram com a lama, temos muitos ônibus circulando. A gente acredita mais, porque antes deles não se fazia nada. Isso é trabalho” (Dona Raimundinha).

No caso dos vereadores, em face do maior contato com a população, observa-se uma tendência a avaliar sua atuação, ainda como elo de ligação entre a administração pública e as comunidades que eles dizem representar. Mas “o corpo-a-corpo é o importante”. Ninguém confia em candidato a vereador que não se “mistura com a gente”, aperta mãos e, sobretudo, visita casas. Dona Filó, a dona de uma das bodegas mais freqüentadas do bairro, (40 anos), conta, entre surpresa e indignada, a história de um candidato que freqüentava sua casa, prometeu material para pequenas obras que ela queria fazer e, após a eleição, sequer a reconheceu.

O contato pessoal é buscado e cultivado. Até pode ser dispensado de outros candidatos, mas em nível municipal ele significa atenção com o eleitor, compromisso assumido com suas ne-

cessidades. Tanto que Zé Coelho desabafa: “Nas eleições passadas (municipais), um político nos procurou. Nós propusemos que iríamos trabalhar para ele, sem nenhum salário, mas contanto que ele desse benefícios para a comunidade após as eleições. Contudo, ele queria nos pagar um salário, mas não assumiria qualquer compromisso com a comunidade. Não aceitei”.

“Não gosto de políticos, não existe político bom, só é bom quando quer pegar votos, mas depois das eleições é banana pr’a todo mundo. ...são todos de uma panela só...eles é que ganham o dinheiro da nação...eles tiram dos impostos”. “Político bom... pode ter, mas os outros não o deixam fazer nada. Eles dizem: você tem que jogar com a gente. Se não fizer, eles dão um jeito dele sair. Se entrar no jogo, aí fica” (Neto, marceneiro, 32 anos)

Essa concepção da política e dos políticos é praticamente consensual. O líder Zé Coelho diz: “Eu até acredito que exista ainda gente boa, mas é muito difícil neste país, porque quando aparece um político bom, que quer ajudar o povo, ele é impedido pelos outros (...). O que vejo é só mentira (...) beneficiam a si próprios e a algumas pessoas. Quando chega um político com uma boa proposta, ele barram”.

Pouquíssimos conhecem, minimamente, as atribuições do Congresso Nacional, mas o consideram corrupto e, para vários depoentes, conseqüentemente dispensável.

Para a maioria, falar de política e de políticos, só por insistência dos interlocutores. No nosso caso, procurávamos, sempre sutilmente, misturar o assunto às conversas sobre televisão, religião e a vida de família e trabalho - esses sim, temas prediletos dos moradores do Parque São José.

Não é difícil descobrir o que o nosso “homem ordinário” espera de um político, para considerá-lo bom. Única pessoa a utilizar a expressão “ética” nas conversas com os pesquisadores, Zé Coelho diz que “a ética deles (os políticos) é trabalhar em cima da mentira”. O bom político, “não deve prometer muito, mas o que prometer cumprir; ser honesto e fazer mais visitas à população”. Honestidade é requisito, mas não tanto quanto a realização de obras.

Neto dá como exemplo de

bom governo, as atuais administrações, municipal e estadual. "...trabalhar pela população como eles fazem. A política no Ceará está muito boa, está organizada, porque só tem dois partidos (*sic*): do Tasso e do Juraci.⁶ Se o Tasso errar, o Juraci ganha. Se o Cambraia errar, o Tasso toma o lugar dele. É tanto, que um faz uma obra no Parque São José e o outro faz na Vila Manuel Sátiro. Só está faltando a saúde, porque moradia e educação estão bem melhores". Raros foram os depoentes que não elogiaram os governos estadual e municipal, e nenhum os criticou diretamente.

Quanto ao presidente Fernando Henrique Cardoso, as críticas generalizadas são feitas às suas freqüentes viagens ao exterior, deixando o povo sem governo, e à pouca atenção aos pobres, representada, basicamente pelo salário mínimo de 112 reais. Dona Filó diz: "Tô cum nojo desse homem. Só fala achando graça..., é mangando da gente". "Quem dá um salário desses não sabe o que é ser pobre e ter cinco, oito, filhos pr'a criar". Apesar de reconhecerem as vantagens do Plano Real, queixam-se de aumentos nos preços, sem que o governo faça nada. Uma frase resume os argumentos daqueles que preferem Lula: "Lula já foi povão, merece um crédito".

Todos acham que, "quem é honesto não tem vez na política"... "Pobre não deve não, rico é que deve". Para se entender melhor a indignação do "homem ordinário" com a corrupção política, e a sua preocupação com a honestidade, nada como um pouco da filosofia de vida de Dona Filó:

Ter o que comer (...) não tá devendo a ninguém, pr'a mim isso é importante. Uma pessoa chegar na casa da gente cobrando (...) Olhe, te juro que nós como pobre, nunca aconteceu uma coisa dessas na minha casa. Nós compra em loja (...) eu só compro fiado aquilo que eu vejo que dá pr'a pagar. Porque eu acho uma tristeza, a coisa mais feia, a gente ser pobre e ter um negócio feio...

Ao representar o político como aquele que "deve fazer algo pelo povo", e juntan-

do-se a isso a "concretude" do pensamento do "homem ordinário", pouco apto a abstrações como conquista dos direitos humanos, defesa do meio ambiente, busca da liberdade de expressão e direito de participação de minorias, etc, abre-se uma brecha para a prática clientelista. Do "eles (políticos) nunca fizeram nada por nós" referido a asfaltamento de ruas, linhas de ônibus ou iluminação pública, passa-se, sem distinções qualitativas, ao "eles nunca me deram nada", tão freqüente na fala desses fortalezenses.

Parece que a desonestidade é assumida como predicado que não está em discussão. Denuncia-se, discorda-se, mas "é isso mesmo", "não vai mudar nunca". A hora é de, a despeito dos roubos, procurar benefícios.

A RELIGIÃO COMO REFERÊNCIA

A Bíblia parece ter-se tornado a grande referência do "homem ordinário" para pensar a sociedade e a política. Não mais "uma certa interpretação" do texto sagrado, aquela mediada pelos sacerdotes e remetida ao catolicismo romano, mas interpretações variadas, tanto porque oriundas de correntes cristãs diferentes, como porque fruto de leituras particulares, pessoais. A Bíblia, e não a Igreja, representa aquela instância última onde se vai buscar explicação e orientação para a conduta.

A pesquisa no bairro Parque São José mostrou que a leitura da Bíblia torna-se um hábito cada vez mais difundido, tanto "em casa", quanto em grupos como as Pastorais, Círculos Bíblicos, Encontros de Casais e de Jovens, Cursos de Conscientização, Grupos de Oração e Encontros dos mais diversos tipos, e isso para falar somente nos católicos. Há ainda evangélicos de diferentes denominações, além dos protestantes históricos e de grupos como as Testemunhas de Jeová presentes, de forma significativa, na periferia de Fortaleza.⁷

As críticas à religião convivem com essa busca de referência ética na Bíblia. Elas provêm de católicos ou de pessoas que foram criadas dentro da tradição católica e dela se afastaram. "...Por trás delas há sempre um segundo interesse (...) veja a humildade de Jesus

e a riqueza e pompa que cercam o Papa". "Os padres (...) discriminam empregados e pobres (...) não assumem a própria sexualidade e aderem ao homossexualismo."

Emblemática é a reflexão de Neto (32 anos), para quem "só Deus resolve, é a única esperança. Acredito mais na Bíblia do que em conversa de padre (...) foi escrita por Deus". Ele justifica sua descrença em relação à Igreja, porque os preceitos não coincidem. E exemplifica: "A Bíblia manda guardar o sábado, a Igreja diz que é o domingo. Tá escrito na Bíblia: o que Deus faz o homem não separa (...) Deus e não os padres (...) casamento é amor, não precisa ir à Igreja, é abençoado por Deus. A Igreja diz que é errado uma criança filha de pais não casados na Igreja ser batizada, mas ela não teve culpa de vir ao mundo (...) a Bíblia também não diz que a pessoa deve ser batizada quando ainda é criança, fala depois de adulto". Para ele, essas são "ilusões da Igreja". Não acha certo que a Igreja Católica seja a única que permite "passar a noite farreando, fazendo o mal (...) e depois vai à missa e ela aceita".

Dos nossos entrevistados, apenas o jovem Lincoln (22 anos) se diz sem religião. Descrente da política também, mal informado, ele acredita mesmo é em "se dar bem". Critica os políticos corruptos, mas não hesita em comprar provas de professores com garrafas de bebida. Para ele, os políticos se aproveitam até da religião para influenciar as pessoas.

Parece importante destacar aqui que, de modo geral, quando se referem à Igreja, essas pessoas estão falando de uma instância transcendente, para além da realidade cotidiana e de suas tensões. Algo que, de certa forma está "acima" e, portanto, se constitui como referência. Elas não distinguem religião, fé e instituição, como os sociólogos ou algumas correntes teológicas nesta segunda metade do século. Logo, "a Igreja" ou "a religião" pode ser qualquer corrente católica, denominação protestante - a maioria é pentecostal ou neopentecostal - ou outra, e, igualmente, a particular "bricolage" religiosa pela qual cada um, principalmente os não adeptos a grupos fechados, é responsável.

Vale insistir no fato de que, para além do horizonte simbólico representado pela tradição cristã, a Bíblia se constitui no elemento comum a essa religiosidade ética. Não se discute aqui suas diferentes interpretações, até porque o "homem ordinário" não as percebe, toma-a de forma absolutizada. O importante é que, hoje, parece ser com base nela que a política está sendo eticizada pelos segmentos populares.

A totalidade dos nossos depoentes - mesmo aquele que se diz sem religião ou os que têm críticas a uma de suas formas - utiliza expressões, símbolos e preceitos de natureza cristã nas suas representações da política.

As nuances são muitas: há a referência explícita e "colada" à realidade, como no caso de Dona Josina, que fez o "Curso do Apocalipse" e para quem "os políticos da televisão são os falsos profetas...deveriam se unir e ajudar mais os pobres, com alimentos, assim como faz a Igreja". Comparando política e religião, ela lembra que "uns pregam mais que os outros, mas os políticos pregam apenas para eles mesmos". Para ela, os políticos não merecem crédito porque só se preocupam em falar mal uns dos outros. "Seriam melhores se conhecessem Deus". Defende a Igreja Universal do Reino de Deus das acusações de roubo e má fé, dizendo que "o dizimo é de Deus e devemos pagá-lo...o povo fala que o dinheiro fica para o pastor, mas ele já é bem empregado. O dinheiro é para a comunidade, os pobres". Ela acha justo os pastores ganharem presentes, pois "quem alcança uma graça, sente a necessidade de retribuir".

No outro extremo estão aqueles que, como Dona Filó, são "pessoas de fé", vão à missa quando podem, mas não pertencem a grupos religiosos nem lêem a Bíblia constantemente. Religião para ela são os ensinamentos que aprendeu quando criança, com os padres e com a família. Mas eles lhe ajudam a "separar o certo do errado", também em política - garante.

Identificada essa ênfase contemporânea na leitura da Bíblia, parecem existir, ainda, duas formas principais de relacionar política e religião de modo a usar esta última como referên-

cia para representar aquela e orientar o comportamento político. Primeiramente, há aqueles que buscaram a religião como tentativa de encontrar saída para problemas existenciais; acharam ali o conforto desejado e, foram estendendo, gradativamente, na medida em que as situações e exigências “políticas” se apresentavam – de eleições – sua sede de respostas para a política.

É o caso de Silvana, a dona do salão de beleza (31 anos), cujo marido arranhou uma amante e não tem cumprido as reiteradas promessas de deixá-la. Apaixonada, ela foi buscar ajuda nas Testemunhas de Jeová, cujo curso está fazendo. Gosta, diz ela, porque está aprendendo a lutar e esperar pelo que deseja. Mas, se já não gostava de política, agora tem mais argumentos para sustentar sua posição, uma vez que as Testemunhas de Jeová são absolutamente avessas à política, e mesmo ao exercício do voto.

Dona Raimundinha também “achou a paz na religião”. Seu marido bebia muito e ela era muito infeliz. Hoje, se diz tranqüila e feliz. Para ela, “Deus é o único meio para se resolver qualquer problema”. Participa da Pastoral da Criança, distribui sopas e farofas vitamizadas. Declara que assiste à televisão, “porque a Igreja pede”. Lembra a Campanha da Fraternidade e a orientação da Igreja para que se discuta política em casa, mas ela acha que família e política não devem se misturar. Não garante que a Igreja fará um bom trabalho político, mas considera importante ela lembrar que “... (os políticos) quanto mais dão, mais estão enganando”. Para os políticos, Dona Raimundinha tem a mensagem bíblica de Zaqueu: “Se o mundo compreendesse mais a Bíblia, a palavra de Deus, a gente saberia perdoar, ser humilde, fazer coisas boas”.

De vez em quando nos deparamos com depoimentos que fazem pensar na resistência a admitir a autoridade da Igreja em política. Além dos limites acima explicitados por Dona Raimundinha, vale lembrar a Fátima (38 anos) que, embora membro da Pastoral do Batismo e dos Encontros de Casais com Cristo, declara que, em política, sobre os candidatos, acredita mais na TV do que na Igreja, embora esta últi-

ma “muitas vezes acerte”. Ela destaca “a preocupação da Igreja em trazer a política para discussão, para conscientizar as pessoas...dá um bom conselho da política para os fiéis. Assim pode ser que o povo até acredite mais na política”. E ela acrescenta: “Antes, quando um padre falava em política, eu achava que ele estava errado, pois Igreja e política não tinha nada a ver. Eu tinha a mente muito curta. Agora tenho a mente aberta. A gente tem que aprender a escolher os políticos. Eles (padres) ensinam bem, são instruídos”. Quanto aos políticos, acha que para eles o mais importante é a ganância, o dinheiro e o poder. “Não lembram que Deus pode tirar quando quiser. Os que acreditam em Deus são os que fazem obras. Quem não faz caridade não tem Deus dentro de si”.

A outra forma mais significativa observada, para relacionar religião e política, é aquela sugerida por várias Pastorais católicas identificadas com o cristianismo e a teologia da libertação. Exemplo desse grupo é o jovem Marcone (24 anos), monitor de crisma de uma paróquia próxima e membro da Pastoral da Juventude do Meio Popular. Ele defende “fé e política caminhando juntas, pois um faminto não reza querendo somente Deus, ele quer comida”. Política para ele é “tudo que visa ao bem-estar de todos”. Marcone faz exercícios de leitura crítica dos meios de comunicação de massa nas reuniões de crisma, e lamenta que “nem todas as pastorais queiram levar o lado social; a maioria quer levar só o espiritual”.

Nazaré, conhecida liderança do bairro, responsável pela Pastoral do Batismo, concorda com Marcone. Queixa-se ainda, de que “quando a gente (pastorais sociais) pensa uma estratégia, eles (prefeito, governador...) tão com outras na frente, porque têm dinheiro”. Ela diz que “cansa de dar um toque sobre os candidatos”, porque os discursos são bonitos e parecidos. Afirma já ter visto pessoas mudando depois de terem participado das reuniões das Pastorais. As reuniões da Pastoral do Batismo são aproveitadas para “combater o encabrestamento eleitoral movido pelos *donos* de escolinhas, creches e coisas do gênero, que, infelizmente, é comum em todos os bairros de Fortaleza”.

Na sua opinião, “por mais besta que o povo seja, ele não acredita mais nas coisas da televisão. A maior credibilidade é no corpo-a-corpo, no contato pessoal, apesar da influência marcante da TV e do rádio. Mas, para presidente, o que vale mesmo são os meios de comunicação”, admite.

Enfim, a pesquisa sobre as representações da política e sobre os valores a ela atribuídos pelos segmentos populares de Fortaleza, cuja exposição constante à televisão faz parte do cotidiano, mostrou a distância que separa os “modelos” de política elaborados na academia, bem como as propostas alimentadas por uma concepção supostamente uniforme de ética, e as construções particulares da política. Essas sim, são a política com base na qual é possível pensar, entre outras, sua relação com a mídia.

No que concerne à ética, vale destacar, à guisa de conclusão, a complexidade do caráter secular da política do “homem ordinário” e, conseqüentemente, a natureza religiosa de sua principal fonte de referência valorativa. Mas, esse é assunto para outro artigo.

NOTAS

¹ Este projeto integrado de pesquisa ligou as Universidades Federais do Ceará e do Rio de Janeiro, sob o título: *Os Meios de Comunicação de Massa e as Eleições Presidenciais de 1994*, reunindo os professores Júlia Miranda (UFC) e Antônio Fausto Neto (UFRJ), além dos alunos Eliseu Souza, Maria Helena Vasconcelos e Marcelo Inácio Souza (UFC), e Sílvia Salek (UFRJ)

² As eleições presidenciais de 1994 são, desde os anos 40, as primeiras realizadas juntamente com eleições para governador e para os Legislativos federal e estadual. São, ainda, as primeiras depois do processo de “impeachment” do presidente Collor (primeiro presidente eleito por voto direto após a ditadura militar), e que representou especial momento de inserção da política no cotidiano dos brasileiros. São, também, as eleições em que se consolida o modelo de “espetacularização da política”, ainda emergente nas eleições presidenciais de 1989. A

partir destas últimas ganharam corpo, no seio da sociedade, os apelos éticos, alcançando, inclusive, setores antes indiferentes, ou mesmo avessos, a esse tipo de demanda explícita.

³ Mauro Porto, no artigo “Telenovelas e política”, in: *Comunicação e Política*, v.1, n. 3, 1995, mostra as telenovelas como lugar de construção da política.

⁴ A equipe de pesquisa conviveu durante um semestre com os moradores do Parque São José, cuja receptividade foi grandemente facilitada pelo contato, preliminarmente estabelecido, entre os pesquisadores e as pessoas mais conhecidas no local: suas “lideranças informais”. Vale destacar que um dos estudantes bolsistas mora no bairro, e tem ali bons amigos. A equipe foi aceita sem maiores reservas, chegando-se mesmo a estabelecer, com alguns moradores, laços de afetividade, e/ou cumplicidade para “desabafos” e troca de idéias que extrapolaram os objetivos da pesquisa. Foram ouvidas 20 pessoas, entre jovens, adultos e idosos; homens e mulheres, em longos depoimentos, onde se buscou, para além da escuta, observar aspectos tais como o estilo de vida, as condições de assistência à televisão, as relações estabelecidas em família, e com a vizinhança, líderes e políticos do bairro, assim como as reações manifestadas em silêncios e reticências.

⁵ O depoente se refere ao governador Tasso Jereissati e ao ex-prefeito Juraci Magalhães, novamente candidato em 1996. Antônio Cambraia é o atual prefeito, correligionário e “cria política” de Juraci, ambos do PMDB e adversários do Governador, do PSDB.

⁶ Outra pesquisa nossa vem mostrando como, mesmo a corrente carismática do catolicismo, até bem pouco tempo restrita à classe média, ganha celeremente espaços entre os segmentos populares.

BIBLIOGRAFIA

BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux*. Paris: Payot, 1984.

- BARBERO, J.M. *De los medios a las mediaciones*. Mexico: D.F. GG MassMedia, 1993.
- COURTINE, Jean-Jacques. Les glissements du spectacle politique. In: *Esprit*, n. 164, septembre, 1990.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FAUSTO NETO, A. *O impeachment da televisão*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
- FERRAROTI, Franco. *Histoire et histoires de vie*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1990.
- HALL, Stuart. Encoding/decoding. In: HALL et alli. *Culture, media, language*. London: Birmingham, 1992.
- JACKS, Nilda. Pesquisa de recepção (entrevista com Guillermo Orozco). In: *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v. XVI, n. 1, Intercom, 1993.
- LADRIÈRE, P. et alli. Pour une sociologie de l'éthique. In: *Revue Française de Sociologie*, XIX, 1978.
- LIMA, V.A. de. Televisão e poder: a hipótese do cenário de representação da política. In: *Comunicação e Política*, v.1, n.1, agosto-nov, 1994.
- _____. CR-P: novos aspectos teóricos e implicações para a análise política. In: *Comunicação e Política*, v.1, n.3, abril-julho, 1995.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MUSIL, Robert. *L'homme sans qualités*. Paris: Gallimard, 1978.
- PALMEIRA, M. e HEREDIA, B. *Política Ambígua*. Mimeo, 1990.
- RIBEIRO, R.J. O retorno do bom governo. In: *Ética*, NOVAES, A.(org.), São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ROUANET, S.P. Dilemas da moral iluminista. In: NOVAES, A.(org.), *Ética*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- RUBIM, A.A.C. Política, media e eleições: 1989 e 1994. In: *Comunicação e Política*, v.1, n.1, agosto-nov, 1994.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WILLAIME, Jean-Paul. De la fonction infrapolitique du religieux. In: *The Annual Review of The Social Sciences of Religion*, v. 5/1981.